BIBLIOTECA DO CIDADÃO

O LIVRO NA RUA®

Série Diplomacia ao alcance de todos



12

O BRASIL E OS PAÍSES EMERGENTES

Coleção Divulgação – **INCENTIVO À LEITURA - Distribuição gratuita**

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

THESAURUS Editora

© Thesaurus Editora – 2009

O organizador

Amado Luiz Cervo – Professor emérito da Universidade de Brasília e Pesquisador Sênior do CNPq. Atua na área de relações internacionais e política exterior do Brasil, tendo formado 22 mestres e 13 doutores. Publicou 17 livros, 33 outros capítulos e 32 artigos em periódicos especializados.

Revisão: Fundação Alexandre Gusmão - FUNAG

Arte, impressão e acabamento:
Thesaurus Editora de Brasília
SIG Quadra 8 Lote 2356, Brasília – DF – 70610-480 – Tel: (61) 3344-3738
Fax: (61) 3344-2353 ou End. eletrônico: editor@thesaurus.com.br

Editores: Jeronimo Moscardo e Victor Alegria

Os direitos autorais da presente obra estão liberados para sua difusão desde que sem fins comerciais e com citação da fonte. **THESAURUS EDITORA DE BRASÍLIA LTDA.**
SIG Quadra 8, lote 2356 – CEP 70610-480 - Brasília, DF. Fone: (61) 3344-3738 – Fax: (61) 3344-2353 *End. Eletrônico: editor@thesaurus.com.br *Página na Internet: www.thesaurus.com.br – Composto e impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

O BRASIL E OS PAÍSES EMERGENTES

Novo equilíbrio no sistema internacional

O fim da Guerra Fria parecia encaminhar a hegemonia dos Estados Unidos sobre o mundo. Alguns internacionalistas enalteciam a estabilidade hegemônica com teorias assentadas em efeitos benéficos do unilateralismo da política exterior norte-americana. Contudo, mais realistas que seus admiradores, os dirigentes da potência hegemônica buscavam a União Européia com o fim de estabelecer uma aliança, que tinha por base doutrinal o neoliberalismo, por força motriz o entrelaçamento de capitais, tecnologias e empreendimentos e por instrumento militar a OTAN. Conhecido por historiadores como americanização da

Europa, esse fenômeno ocorreu em ondas históricas no século XX. Destina-se, porém, recentemente, ao controle do movimento de globalização que inclui os fluxos culturais e humanos. E à erradicação de ameaças ao controle, advindas de correntes migratórias indesejáveis, globalização da violência pela via do terrorismo, radicalismos nacionais e ressurgimento de regimes de esquerda.

O reordenamento do sistema internacional acelerou-se no século XXI, não bem ao gosto da aliança Europa-Estados Unidos, tida por reação compreensível à emergência de países ao sul, que também se agrupam em órgãos de negociação multilateral, como a ONU, a OMC e as Conferências ambientais, e em coalizões pontuais.

Poder e riqueza deslizam do velho centro do capitalismo para uma velha periferia, *up-graded*, visto haver-se tornado "emergente" aos olhos de analistas internacionais. Com efeito, os países emergentes exibem interes-

ses distintos da estabilidade concebida pelo centro: o crescimento e o desenvolvimento, a superação das desigualdades sociais, a preservação de suas culturas e a defesa de sua cidadania. E não vêem como principais ameaças, as ameaças vistas pelo norte, porém a incapacidade das potências tradicionais em estabelecer ordenamento global adequado para a segurança, o meio ambiente, o provimento energético, o comércio e as finanças internacionais.

O Brasil entre seus pares

Há tempos a diplomacia brasileira volta seu olhar para o mundo em desenvolvimento. O foco se direciona nesse rumo logo após a Segunda Guerra Mundial. Abandonado pelos aliados, Getúlio Vargas pensou em reforçar o poder nacional mediante apoio à descolonização e vínculos com os países do

sul. Oswaldo Aranha e Afonso Arinos enalteciam o universalismo da política exterior, por sobre a divisão ideológica sugerida pela Guerra Fria. San Tiago Dantas fundamenta o terceiro-mundismo no interesse nacional. Gibson Barbosa, Azeredo da Silveira e Saraiva Guerreiro, chanceleres a serviço do paradigma desenvolvimentista, buscavam a cooperação de capitais, ciência e tecnologia do norte, como buscavam os mercados do sul para exportação de manufaturados, entendendo a primeira linha de ação como fator de indução e a segunda de sustentação do processo desenvolvimentista.

O interesse pelo sul foi sacrificado ao "salto para o Primeiro Mundo", à época de Fernando Collor de Melo, e contrariado durante o ciclo neoliberal. Ressurge, no século XXI, com nova feição, que agrega à diplomacia tradicional especialistas e decisores oriundos de segmentos sociais, todos conscientes dos propósitos de origem: a realiza-

ção do interesse nacional, cultural, político e econômico, agora por meio de vínculos mais concretos aconselhados pelo reordenamento do sistema internacional.

Coalizões emergentes

Durante a fase denominada terceiro-mundista, coalizões erigiam-se ao sul para criticar a ordem bipolar que se pretendia consertar e colocar também a serviço do desenvolvimento da periferia. Nessa fase, a diplomacia brasileira, menos munida de meios e mais de discurso, procurou integrar coalizões cooperativas norte-sul, como o Grupo dos 77, e evitar coalizões ideológicas, como o Movimento dos Não Alinhados.

Na era da globalização, contudo, as possibilidades de efetiva cooperação sul-sul tomam forma, originalmente, no projeto brasileiro para a América do Sul, posto em marcha desde 1993 com a perspectiva de

criação da Área de Livre Comércio da América do Sul. Carregado pelo Mercosul e pelas cúpulas sul-americanas desde o ano 2000, o projeto destina-se a criar o pólo de poder mediante a unidade regional – econômica, política e de segurança – propósito da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), instalada em 2008.

A inserção globalista do país induz, todavia, dirigentes de Estado e lideranças sociais dinâmicas, empresários urbanos e do agronegócio, a avançar para além do regional. Formam-se, então, outras coalizões ao sul. O (primeiro) G20 criado às vésperas da Conferência da OMC em Cancun em 2003 muito deve de sua origem e evolução ao propósito de influir sobre a confecção de regras para o comércio internacional, especialmente de produtos agrícolas, e sobre o ordenamento ambiental em elaboração.

O Ibas, formalizado em 2003 como fórum de diálogo, é conduzido por meio de

negociações entre Chefes de Estado, diplomatas, acadêmicos e empresários dos três países membros, Índia, Brasil e África do Sul, que apresentam desafios internos comuns e exercem responsabilidades similares em suas regiões e sobre o cenário internacional.

Os Brics mantêm negociações ministeriais há anos, periódicas e regulares desde 2007. O grupo reúne os emergentes mais dinâmicos e de maior peso global: Brasil, Rússia, Índia e China. Volta-se tanto ao propósito de afinar posições de seus membros nas negociações multilaterais quanto à promoção de ações de interesse das respectivas nações. Elabora projetos de cooperação em pontos específicos como biocombustíveis, energia e segurança alimentar. Estabelece facilidades comerciais e empresariais entre os membros. O grupo impressiona economistas e internacionalistas desde o início do século XXI e inspira projeções acerca da possibilidade de ser, até meados desse século, mais rico e

poderoso do que as seis maiores potências capitalistas tradicionais. Com efeito, o ritmo de crescimento, o desenvolvimento empresarial e tecnológico, quase cinquenta por cento da população mundial, vinte e cinco por cento do território, a dimensão do mercado, o volume do PIB e a capacidade de atração de investimentos diretos acenam para um futuro de liderança global dos Brics.

As cúpulas América do Sul-Países Árabes (desde 2005) e América do Sul-Países Africanos (desde 2008), também iniciativas brasileiras, perfazem, ao lado das anteriores coalizões, o perfil do que Gilberto Dupas chama de contrapoder, elemento criador do novo equilíbrio do sistema internacional no século XXI. Em todo esse movimento junto aos emergentes, busca a diplomacia brasileira, ademais, incorporar o Mercosul nas relações internacionais, especialmente mediante acordos de comércio.

Interesses brasileiros em jogo

Nada há de ideológico na aproximação com o velho Terceiro Mundo e com os emergentes do século XXI. De fato, interesses concretos brasileiros são veiculados e realizados por meio dessa aproximação. Os nexos com o mundo emergente envolvem três dimensões do modelo de inserção internacional, que espelham a conveniência do universalismo da política exterior.

Os emergentes contribuem de modo concreto para o estabelecimento da ordem internacional da era da globalização, por modo a tornar suas regras e regimes compatíveis com a comunidade internacional como um todo, e não mais promotores de valores, interesses materiais e bem-estar de uma parte da humanidade. Em segundo lugar, os emergentes estabelecem mecanismos entre si, que promovem a diversificação dos mercados e exportações de melhor qualidade, facilitam a

internacionalização das empresas, bem como a cooperação científica, cultural e acadêmica, o que resulta em progresso e promoção do bem-estar de suas populações. Enfim, quando estende sua presença a todos os recantos do mundo, o Brasil viabiliza sua vocação de país universalista, cooperativo e não confrontacionista, uma aspiração histórica da nação.

O combate à fome e à pobreza

No presente século, a diplomacia brasileira agrega à ação externa o objetivo do combate à fome e à pobreza, mesmo porque o faz internamente por meio de programas sociais como o *Bolsa Família*. O estreitamento com os países do sul, acima descrito quanto aos emergentes, também se observa no grande número de novas embaixadas abertas junto aos países mais pobres e nos projetos de cooperação na área alimentar, da saúde pública e da educação, que são executados

em colaboração com agentes e governos no exterior.

O combate à fome e à pobreza supõe o envolvimento de todas as nações para triunfar sobre o sofrimento de uma massa humana que se aproxima de um bilhão de pessoas no mundo. A ação multilateral das coalizões, das organizações internacionais, governamentais e não governamentais, que depende de condições de receptividade local, está longe do necessário. Por isso, o desafio do combate à fome e à pobreza, embora encaminhado timidamente, permanece ainda como desafio moral à espera de solução.

O novo mundo

Os emergentes desempenham papel complementar para a estratégia de inserção internacional do Brasil: reforçam o poder nacional, contribuem para a multipolaridade do sistema internacional e equilibram os nexos

externos em temas de alcance global, que antes pendiam para o lado dos países avançados do velho capitalismo.

A crise financeira desencadeada em 2008 nos Estados Unidos, a qual repercute sobre as economias emergentes em razão da globalização econômica, indica quão oportunos se apresentam o entendimento entre os emergentes e sua responsabilidade na confecção da ordem internacional. Da negociação entre os mais avançados do passado e os mais avançados emergentes, reunidos desde 2008 no (segundo) G20, pode resultar a harmonia do sistema internacional, se conformado for ao jogo atualizado das forças profundas da História: uma globalização sem exclusão das potências capitalistas tradicionais, porém com inclusão *à part entière* de Mercosul, Unasul, Ibas e Brics.

Para saber mais

DUPAS, Gilberto. *Atores e poderes na nova ordem global*. São Paulo: Unesp, 2005.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BECARD, Danielly Silva Ramos. *O Brasil e a República Popular da China*. Brasília: Funag, 2008.

QUINTELLA, Thereza Maria Machado. *Brasil-Rússia: fortalecimento de uma parceria.* Brasília: Funag, 2005.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

A Fundação Alexandre de Gusmão realiza atividades culturais e pedagógicas, além de estudos e pesquisas no campo das relações internacionais e da política externa brasileira, promovendo e divulgando reflexões sobre o cenário internacional e o Brasil no mundo.

www.funag.gov.br